

A referida lista foi homologada por meu despacho de 24 de Junho de 2010, tendo sido afixada no placard da secção de pessoal na sede do DPP, publicada na respectiva página electrónica e é deste modo notificada aos candidatos, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da mesma Portaria.

25 de Junho de 2010. — A Directora-Geral, *Manuela Proença*.
203421207

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Aviso (extracto) n.º 13273/2010

Ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e do disposto no artigo 254.º do Regime, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se público que, o assistente técnico Manuel David Caldas Ribeiro Miranda e a assistente operacional Maria da Piedade Ribeiro Carvalho Roseiro, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, cessaram funções a partir de 01.04.2010 por motivo de aposentação.

31 de Maio de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno Vasconcelos*.
203424245

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Secretaria-Geral

Contrato n.º 452/2010

Nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se público que se procedeu em 1 de Junho de 2010 à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com Maria Eugénia da Silva Marques, ficando a mesma integrada na categoria de Assistente Operacional do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, com remuneração correspondente à 2.ª posição, nível 2 da respectiva tabela remuneratória.

O presente contrato produz efeitos a 1-8-2006, e decorre da execução do Acórdão de 30-03-2009, do Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa, proferido no Procº 547/06.5BELRS.

Lisboa, 18 de Junho de 2010. — A Secretária-Geral, (*Maria Manuel Godinho*).

203420251

Direcção-Geral da Segurança Social

Declaração de rectificação n.º 1288/2010

Por ter saído com inexactidão a declaração respeitante ao registo da alteração de estatutos da União Mutualista Nossa Senhora da Conceição — Associação Mutualista, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 14 de Junho de 2010, a p. 32 344, declaração (extracto) n.º 122/2010, rectifica-se o seguinte:

Assim, onde se lê «União Mutualista Nossa Senhora da Conceição — Associação de Socorros Mútuos» deve ler-se «União Mutualista Nossa Senhora da Conceição — Associação Mutualista» e onde se lê «artigos 4.º, 5.º, n.º 1, 6.º a), 9.º, n.º 2 d), 12.º, 14.º, n.º 1 e 2 a), b) e c), 17.º, 20.º, n.º 1, 21.º g), 23.º, n.º 2 c) e n.º 3 a), 25.º, n.º 1 a), 40.º, n.º 2 e 4 e 65.º, n.º 2» deve ler-se «artigos 4.º, 5.º, n.º 1, 6.º, a), 9.º, n.º 2, d), 12.º, 14.º, n.º 1 e 2, a), b) e c), 17.º, 20.º, n.º 1, 21.º, g), 23.º, n.º 2, c), e n.º 3, a), 25.º, n.º 1, a), 26.º, n.º 1, 40.º, n.º 2 e 4, e 65.º, n.º 2».

23 de Junho de 2010. — O Director-Geral, *José Cid Proença*.
303422885

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Declaração de rectificação n.º 1289/2010

Por ter havido lapso na redacção do aviso n.º 11847/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 15 de Junho de 2010, de

p. 32640 a p. 32642, procede-se à sua republicação, mantendo-se válidas as candidaturas entretanto apresentadas.

23 de Junho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Pedro Pimentel*.

«Aviso n.º 11847/2010

Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para o preenchimento de 91 postos de trabalho de assistente técnico no âmbito regional do mapa de pessoal da ARS Centro, I. P.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por deliberação do conselho directivo deste Instituto de 28 de Abril de 2010, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação no *Diário da República*, tendo em vista o preenchimento de 91 postos de trabalho para a carreira e categoria de assistente técnico, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal da ARS Centro, I. P., para os agrupamentos de centros de saúde (ACES).

Para os efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e no artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento próprias, presumindo-se igualmente a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela ECCRC, porquanto não foram ainda publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes daquela portaria.

1 — Identificação e caracterização do posto de trabalho e actividades a cumprir — os postos de trabalho caracterizam-se pelo exercício de funções de assistente técnico, tendo em vista o exercício de funções nos ACES da ARSC, I. P., cuja missão, atribuições, organização e funcionamento se encontram previstos no Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, e destinam-se ao desempenho de funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais, de grau 2 de complexidade, nas áreas e actuações comuns e instrumentais e nos vários domínios de actividade dos serviços, nomeadamente secretariado clínico e apoio administrativo.

2 — Local de trabalho — as funções serão exercidas nos ACES da ARS Centro, I. P., de acordo com as referências identificadas no mapa abaixo indicado:

Referências	ACES	Número de postos de trabalho
A	Baixo Vouga I.	9
B	Baixo Vouga II.	8
C	Baixo Vouga III.	3
D	Cova da Beira.	11
E	Baixo Mondego I.	12
F	Baixo Mondego II.	9
G	Baixo Mondego III.	6
H	Pinhal Interior Norte I.	8
I	Pinhal Litoral I.	4
J	Pinhal Interior Norte II.	3
L	Dão Lafões II.	6
M	Dão Lafões III.	12

3 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições contidas na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, no Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, nas Leis n.ºs 59/2008, de 11 de Setembro, e 58/2008, de 9 de Setembro, na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro.

4 — Âmbito de recrutamento — nos termos dos n.ºs 3 e 4, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, só podem ser admitidos ao presente concurso os trabalhadores que tenham previamente constituída relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

5 — Requisitos de admissão

5.1 — São requisitos gerais de admissão, definidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos de idade completos;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;

e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

5.2 — São requisitos especiais de admissão:

a) Detenção de relação jurídica de emprego público previamente constituída, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;

b) Nível habilitacional: 12.º ano de escolaridade ou equivalente, não sendo admitida a possibilidade de substituição do nível habilitacional exigido por formação e ou experiência profissional.

5.3 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, idênticos aos que são objecto do presente procedimento.

6 — Posicionamento remuneratório — tendo em conta o preceituado no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o posicionamento dos trabalhadores recrutados será feito numa das posições remuneratórias da carreira sendo objecto de negociação com a entidade empregadora pública.

7 — Prazo de validade — o presente recrutamento destina-se ao preenchimento dos postos de trabalho colocados a concurso e, caso se verifique a situação prevista no n.º 1 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, será constituída reserva de recrutamento.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — Nos termos conjugados dos artigos 27.º e 51.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, as candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento obrigatório do formulário tipo, publicitado pelo despacho (extracto) n.º 11321/2009, de 17 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de Maio de 2009, e disponibilizado em www.arscentro.min-saude.pt com indicação da(s) referência(s) a que se candidata.

8.2 — A apresentação do formulário de candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes elementos:

a) Cópia dos documentos de identificação (bilhete de identidade/cartão de cidadão; NIF);

b) Currículo profissional detalhado, devidamente assinado, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários, os seguintes: habilitações literárias, funções que exercem e exerceram, bem como a formação profissional detida;

c) Documento comprovativo das habilitações literárias;

d) Documento comprovativo das habilitações profissionais, cursos e acções de formação com indicação das entidades promotoras e respectiva duração;

e) Declaração passada pelo órgão ou serviço onde exerce funções da qual conste a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, carreira e categoria de que o candidato seja titular e actividade que executa, bem como experiência profissional, nos termos do ponto ii) da alínea d) do n.º 1 do artigo 27.º, comprovativo do referido na alínea f) do n.º 3 do artigo 19.º, e declaração de avaliação de desempenho relativas aos últimos três anos, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º da já citada portaria.

8.3 — As candidaturas devem ser entregues directamente nas instalações da ARSC, I. P., sitas na Alameda de Júlio Henriques, sem número, 3001-553 Coimbra, nos períodos compreendidos entre as 9 e as 12 horas e as 14 horas e as 16 horas e 30 minutos, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou podem ser remetidas pelo correio, para a mesma morada, por carta registada, situação em que se atenderá à data do respectivo registo.

8.4 — Não serão aceites candidaturas enviadas por correio electrónico.

8.5 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações.

9 — Composição e identificação do júri — nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 20.º da mesma portaria, determina-se que o júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

Presidente — Ermelinda Maria Lopes Paiva, coordenadora técnica, ACES Baixo Mondego I.

Vogais efectivos:

1.º Deolinda Fernanda Lima Gonçalves, coordenadora técnica, ACES Baixo Mondego I, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos legais.

2.º José Augusto Pinheiro Rodrigues, assistente técnico, Departamento de Estudos, Recursos Humanos e Administração Geral da ARSC, I. P.

Vogais suplentes:

1.º Adelino Fernandes Lopes, coordenador técnico, ACES Dão Lajes I.

2.º Maria Manuela Sequeira Ribeiro Lopes, assistente técnica, ACES Pinhal Litoral II.

10 — Métodos de selecção — considerando o carácter urgente do presente procedimento, é adoptado um único método de selecção obrigatório, a saber, a avaliação curricular, sendo o método complementar a entrevista profissional de selecção, nos termos conjugados dos n.ºs 3 e 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, e do n.º 2 dos artigos 6.º e 7.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

10.1 — Avaliação curricular — visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação do desempenho obtida.

a) Serão valoradas a habilitação académica, a formação profissional, a experiência profissional e a avaliação de desempenho atinentes à área funcional para que é aberto o presente procedimento e ao conteúdo funcional dos postos de trabalho a ocupar.

b) Este método será valorado numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

10.2 — Entrevista profissional de selecção — visa avaliar, de forma objectiva e sistemática, a experiência profissional e aspectos comportamentais evidenciados durante a interacção estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

a) A entrevista profissional é avaliada segundo os níveis classificativos de *Elevado*, *Bom*, *Suficiente*, *Reduzido* e *Insuficiente*, aos quais correspondem, respectivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

b) Por cada entrevista, será elaborada uma ficha individual, contendo o resumo dos temas abordados, os parâmetros de avaliação e a classificação obtida em cada um deles, devidamente fundamentada.

c) A entrevista é pública, sendo o local, data e hora da sua realização atempadamente afixados em local visível e público das instalações da ARS Centro, I. P., e disponibilizada na sua página electrónica.

10.3 — Atenta a urgência do presente procedimento, ao mesmo será aplicada a utilização faseada dos métodos de selecção, conforme previsto no artigo 8.º da portaria, da seguinte forma:

a) Aplicação, num primeiro momento, do único método obrigatório à totalidade dos candidatos admitidos ao procedimento concursal;

b) Aplicação do método complementar a tranches sucessivas de 15 candidatos aprovados no método de selecção anterior, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até satisfação das necessidades;

c) Dispensa da aplicação do segundo método aos restantes candidatos, que se consideram excluídos, quando os candidatos aprovados nos termos atrás referidos satisfaçam as necessidades que deram origem ao presente procedimento.

10.4 — A ponderação de cada método de selecção na nota final é a seguinte:

$$CF\ 100\% = 70\% (AC) + 30\% (EPS)$$

sendo:

CF = classificação final;

AC = avaliação curricular;

EPS = entrevista profissional de selecção.

10.5 — As actas do júri, designadamente aquelas de que constem os parâmetros de avaliação, a ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de classificação final, serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

10.6 — A classificação final dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de selecção, considerando-se excluído o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores em cada um dos métodos e na classificação final, salvaguardada a metodologia referida na alínea c) do n.º 10.3.

11 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos para cada referência será publicitada no *Diário da República* e disponibilizada na página electrónica deste Instituto, após homologação.

12 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicitado na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt), na página electrónica da ARS Centro, I. P., e em jornal de expansão nacional, por extracto.

4 de Junho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da ARS Centro, I. P., *João Pedro Pimentel.*»

203421831

Declaração de rectificação n.º 1290/2010

Por ter havido lapso na redacção do aviso n.º 8517/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 83, de 29 de Abril de 2010, procede-se à republicação da lista definitiva de candidatos admitidos e excluídos ao concurso interno geral de ingresso para preenchimento de 34 postos de trabalho de enfermeiro da carreira de enfermagem.

28 de Junho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Pedro Pimentel.*

«Aviso n.º 8517/2010

Nos termos do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro de 1991, publica-se a lista definitiva de candidatos admitidos e excluídos ao concurso interno geral de ingresso para preenchimento de 34 postos de trabalho de enfermeiro da carreira de enfermagem publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 240, 14 de Dezembro de 2009, o aviso n.º 22 326/2009.

Candidatos admitidos:

Adelaide Maria Lopes Bento.
Adriana Maria Lourenço Ribeiro.
Aida Isabel Teles Nunes Lopes Rufino.
Alexandra Margarida Duarte Pereira Teixeira.
Alexandra Maria Santos Alves.
Ana Carreira Batista.
Ana Cristina dos Santos Fernandes.
Ana Margarida Simões Pereira.
Ana Paula Branquinho Oliveira Ferreira.
Ana Paula Moraes.
Ana Raquel Ribeiro Echevarría Cioc.
Anabela Aguiar Rodrigues.
Anabela Brites Gaspar.
Anabela de Castro Valente.
Anabela de Jesus Barreira.
Anabela Teixeira da Rocha.
Aníbal José Nabuco Rufino.
António Manuel Teixeira Poeira.
Aura Maria Silva Branco Rodrigues Lourenço.
Beatriz Leonor Pereira Valente.
Bélita da Soledade Miranda Mora.
Carina Alexandra Domingues Antunes.
Carla Alexandra Lopes dos Santos.
Carla Cristina Alcaide Pereira.
Carla Isabel Cardoso Reis.
Clara Marisa da Silva Correia.
Carla Patrícia Lopes da Costa.
Carlos Jorge Neto Rodrigues Pereira.
Carlos Manuel Cadinha Ferreira.
Carlos Manuel dos Santos Fernandes.
Catarina Isabel Correia Simões.
Célia Maria Figueiredo dos Santos.
Célia Maria Nunes Arsénio Costa.
Célia Maria Rodrigues dos Santos.
Cláudia Alexandra Fonseca Martins.
Cláudia Sofia dos Santos Vieira.
Cláudia Teresa da Silva Rodrigues Estanqueiro.
Cristina Maria Ramos Crespo de Carvalho.
Custódia Maria Teodoro Horta.
Dulce Maria da Silva Lopes.
Élia Margarida Filipe do Vale.
Elisa do Céu Almeida Dias.
Elisa Raquel Ferreira Francisco.
Elisabete Pereira Rodrigues Vieira.
Elsa Cristina Moraes Figueiredo dos Santos.
Fátima Maria Nolasco de Oliveira Pinto.
Fernanda Maria Nunes e Silva Ferreira.
Gisélia Maria Ferreira Fernandes.
Helga Catarina de Oliveira Ribeiro.

Inês Maria Tavares Proença Andrade do Nascimento.
Irene Maria dos Santos da Fonseca.
Isabel Cristina Martins Coelho.
Isabel Luísa Costa Oliveira.
João Daniel da Silva Folhas Balhau.
José Carlos Martins Fazendeiro.
José Samuel Pereira Martins.
Juliana Muxagata Paciência.
Liliana Margarida Mendes de Jesus.
Lina Maria Costa Nogueira.
Luís Miguel Marques Ribeiro.
Luísa Erse Marques Ribeiro de Carvalho.
Luísa Isabel de Almeida Santos.
Manuela das Dores Sousa Moreira Silva Pereira.
Marco Filipe Esperança Duarte.
Maria Adélia Folhas de Carvalho e Silva.
Maria da Luz Marques dos Santos Reis.
Maria de Fátima Rodrigues dos Santos.
Maria Elisabete Domingues Carrasqueira.
Maria Filomena Clemente Maltez.
Maria Filomena Rodrigues Gonçalves.
Maria Helena Pedro de Oliveira.
Maria Helena Lopes Rodrigues.
Maria Irene Freixiela Gomes.
Maria Isabel Ferreira Trindade.
Maria João Medeiros Vidigal Caldeira Pais.
Maria Lúcia Gonçalves Faria.
Maria Lucília Morgado Lopes Gomes.
Maria Madalena Estrela Galinha.
Maria Manuela Cruz Nunes Domingos.
Maria Teresa Viseu Simões Nabo Lima.
Mónica Alexandra Silva Santos Pinheiro.
Mónica Maria da Silveira Cordeiro Horta Bettencourt.
Nuno Miguel Pereira Branco.
Olga Maria Proença Morgado.
Patrícia Maria Menezes Pinto.
Patrícia Rolo da Silva.
Paula Cristina Mendes Brito.
Paulo Jorge Freire Calado.
Paulo Jorge Simões Bessa.
Pedro Óscar Simões Pandeirada.
Ricardo Jorge dos Santos Veiga.
Rita Marisa dos Santos Batista Alves.
Rosa Ana Alcalde Vela.
Rosa de Lurdes Alvarez Perez.
Rosa Maria Ferreira Seabra.
Rosa Maria Raimundo Ramos.
Rui Manuel Domingues Cavaleiro.
Salomé Maria de Oliveira Belinha.
Sandra Cristina Ferreira Veloso Morgado.
Sandra Cristina Lopes dos Santos.
Sandra Isabel Batista Sobreiro.
Sara Cristina de Pinho Godinho.
Sérgio Miguel Duarte de Carvalho.
Sílvia Amado Venda.
Sílvia Leal Miranda.
Sílvia Margarida Almeida Carvalho.
Sofia Maria Barros da Cruz.
Sónia Maria Godinho Marques Lopes.
Sónia Marisa Marques Correia Maurício.
Susana Margarida Ferreira Nina dos Santos.
Susana Margarida Nogueira Rosa.
Susana Maria Ponciano dos Santos Leal.
Tânia de Fátima Simões Rodrigues.
Teresa Cristina Ferreira da Silva.
Teresa Margarida Antunes Portela Mendes.
Teresa Maria Rodrigues dos Santos.
Vânia Filipa Moleirinho dos Santos.
Vera Mónica da Cunha Lima.
Vera Mónica Nunes Valério Batista.
Virgínia da Conceição Ferreira Rufino Fernandes.

Candidatos excluídos:

Ana Cristina de Jesus Oliveira a)
Ana Cristina Silva Carvalho a)
Ana Gracinda Oliveira Lopes de Figueiredo a)
Ana Luísa Almeida Fernandes a)
Ana Teresa Lourenço dos Santos Ruivo Martins a)
Andrea Sofia Gonçalves Alçada a)
Andreia Sofia Mota Mendes a)